



## Prefeitura Municipal de Alto Feliz

PROJETO DE LEI Nº 089/2025

ALTO FELIZ, 16 DE SETEMBRO DE 2025.

### ACRESCENTA O PARÁGRAFO ÚNICO AO ART. 3º DA LEI MUNICIPAL Nº 1.818, DE 16 DE JANEIRO DE 2025 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

**Art. 1º.** Acrescenta o parágrafo único ao art. 3º da Lei Municipal nº 1.818, de 16 de janeiro de 2025 com a seguinte redação:

#### **Art. 3º. (...)**

*Parágrafo único – Fica o Município autorizado a aplicar recomposição financeira dos procedimentos de Alta Complexidade que estão no rol do Termo de Cooperação de Alta Complexidade (modalidade Extra Teto) previstos na Tabela de Cofinanciamento Regional – Relação de Procedimentos Cirúrgicos eletivos de alta complexidade - desde que propostos pela Comissão Intergestores Regional /CIR.*

-

**Art. 2º.** Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ALTO FELIZ,  
aos dezesseis dias do mês de setembro de 2025.

ROBES SCHNEIDER,  
Prefeito Municipal



## Prefeitura Municipal de Alto Feliz

### MENSAGEM

Encaminhamos o presente Projeto de Lei que **ACRESCENTA O PARÁGRAFO ÚNICO AO ART. 3º DA LEI MUNICIPAL Nº 1.818, DE 16 DE JANEIRO DE 2025 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

O presente Projeto de Lei tem por objetivo acrescentar parágrafo único ao artigo 3º da Lei Municipal nº 1.818, de 16 de janeiro de 2025, que autorizou o Município de Alto Feliz a celebrar convênio com o Município de Farroupilha/RS, visando a viabilização do atendimento médico, ambulatorial e hospitalar na especialidade de traumatologia e ortopedia de alta complexidade, destinado aos usuários do Sistema Único de Saúde – SUS.

A alteração proposta busca autorizar o Município a aplicar recomposição financeira sobre os procedimentos de alta complexidade constantes no rol do Termo de Cooperação (modalidade *Extra Teto*), conforme previsto na Tabela de Cofinanciamento Regional – Relação de Procedimentos Cirúrgicos eletivos de alta complexidade, sempre que tais ajustes forem propostos e aprovados pela Comissão Intergestores Regional – CIR.

Essa medida é necessária para assegurar a atualização e equilíbrio financeiro do convênio, permitindo a cobertura de custos que venham a ser definidos em âmbito regional, garantindo, assim, a continuidade e a qualidade dos serviços prestados à população de Alto Feliz.

Além disso, a previsão legal contribui para dar segurança jurídica ao Município quanto à execução do Termo de Cooperação, ao mesmo tempo em que mantém a harmonia com as deliberações técnicas e colegiadas da CIR, que coordena e normatiza a regionalização dos serviços de saúde no Estado.

Diante da relevância da matéria e do interesse público envolvido, submetemos o presente Projeto de Lei à apreciação dos Nobres Vereadores, confiantes em sua aprovação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ALTO FELIZ,  
aos dezesseis dias do mês de setembro de 2025.

ROBES SCHNEIDER  
Prefeito Municipal